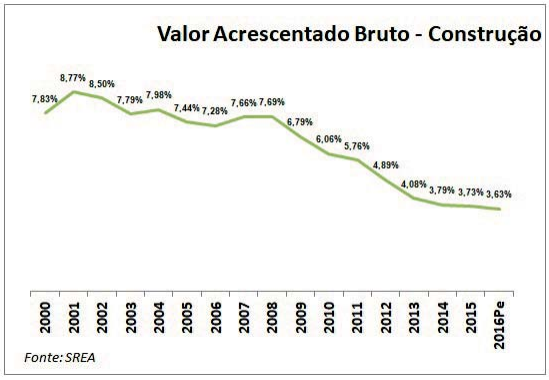
O impacto da quebra na construção civil no aumento dos níveis de pobreza nos Açores

Até certa altura a hemorragia na construção civil era atenuada pelas explorações agrícolas onde aumentava a mão-de-obra ocasional. Só que o sector agro-pecuário, em resultado das suas graves dificuldades, deixou de absorver mão-de-obra mesmo familiar, situação que levou a um aumento dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção nos Açores, aquilo a que o ex-autarca João Paulo Medeiros chama numa entrevista dada ao Correio dos Açores de Domingo como "o faz de conta que tem emprego". O facto é que muitos destes trabalhadores estão a obter, em algumas juntas de freguesia, rendimentos abaixo do salário mínimo.

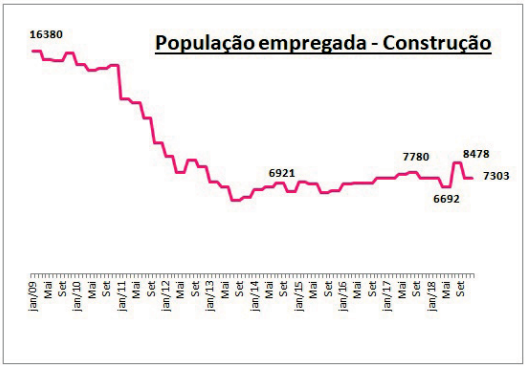
Neste contexto não deixa de ser significativo que, entre 2009 (ano em que havia 16.380 trabalhadores na construção civil) e 2018 (ano em que haverá à volta de 7.000 activos na construção civil), a percentagem de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento de Inserção Social em relação à percentagem dos beneficiários, neste espaço de nove anos, passou, na ilha de São Miguel de 31,5% para 31%. Esta estatística da Pordata, referente a São Miguel, pode ser explicada pela emigração, os 'trabalhadores ocupados', a entrada de trabalhadores na administração pública e alguma inserção de trabalhadores da construção em outros sectores de actividade, apesar de tudo, aliviou o Rendimento Social de Inserção que, no entanto, continua a ser elevado em comparação com regiões portuguesas com mais população que a residente nos Açores.

Nesta relação, em Santa Maria, os beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento de Inserção Social em percentagem dos beneficiários activos passou de 27,9% em 2009 para 11,3% em 2018; na Terceira, a mesma percentagem passou de 21,8% em 2009 para 16,1% em 2018; na Graciosa, a percentagem passou de 27,1% em 2009 para 16,3% em 2018; em São Jorge, passou de 19,9% em 2009 para 8,7%; no Pico, passou de 13,3% em 2009 para 5,9% em 2018; no Faial, passou de 14% em 2009 para 6,5% em 2018; e nas Flores passou de 10,3% em 2009 para 6,7%.

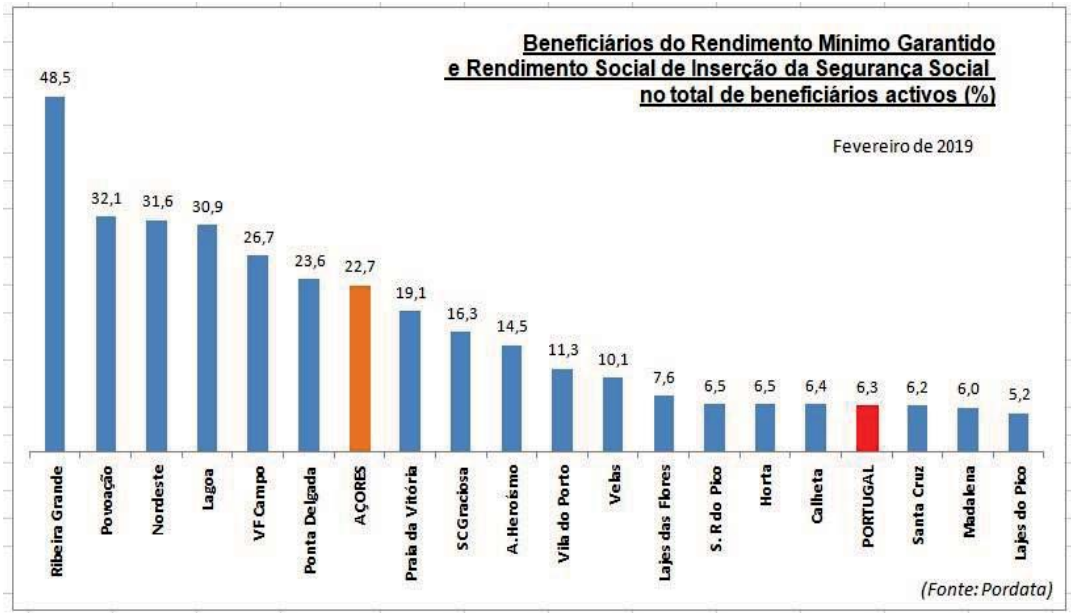
Uns e outros...



Neste quadro da VAB da construção civil é visível a queda do sector, o que está a ter grande influência nas situações de pobreza em São Miguel, uma vez que a construção dava a emprego a determinados sectores sociais que não conseguem trabalho em outros sectores de actividade.



O número de trabalhadores na construção civil chegou a cair de 16.380 em Janeiro de 2009 para 6.921, em Setembro de 2014 (no auge da crise na construção civil), voltando a subir ligeiramente até aos 7.780 em Setembro de 2017. Mas, curiosamente, quando se esperava uma retoma, o número baixou para o mínimo de 6.692 em Maio de 2018, tendo vindo a oscilar.



A leitura que a Pordata faz destes dados estatísticos é que das pessoas que descontam para a Segurança Social, 48,5% da população da Ribeira Grande recebe Rendimento Minimo Garantido e Rendimento de Inserção Social. Ou seja, nestes 48,5% estão beneficiários que têm um determinado rendimento que é complementado com o Rendimento de Inserção Social para que obtenham um rendimento global suficiente para garantir o sustento da família. Em 2017, segundo a Pordata, Ribeira Grande era o mesmo concelho do país com mais beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção. Se, no caso da Ribeira Grande, a freguesia de Rabo de Peixe tem um peso muito grande, são significativas as percentagens de Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção nos concelhos de Povoação, Nordeste e Lagoa, em relação àquela que é a média regional (das pessoas que descontam para a Segurança Social nos Açores, 22% recebe Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento de Inserção Social). E existem concelhos nos Açores abaixo da média nacional que, como se pode observar, é de 6,3%, surgindo as Lajes do Pico com 5,2%.

Estas estatísticas demonstram que, entre 2009 e 2018, manteve-se em São Miguel praticamente igual os beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento de Inserção Social na percentagem dos beneficiários activos, enquanto nas outras ilhas ocorreram diminuições significativas.

O facto é que, segundo as estatísticas, mais de 75% dos beneficiários do Rendimento de Inserção Social (17.984) estão na ilha de São Miguel.

O peso da função pública na população activa

É importante também verificar outro quadro da Pordata, que é muito revelador. O da percentagem de trabalhadores da função pública na população activa de cada ilha.

O peso da função pública na população activa na ilha de São Miguel é de 20,5%; enquanto na ilha Terceira é de 41,8%.

Entende-se por função pública os trabalhadores dos departamentos do Governo dos Açores, do sector público empresarial regional (SPER), das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia.

O peso da função pública na população activa é de 10,8% na Graciosa; de 14,4% em São Jorge; de 13,3% em Santa Maria; de 50,3% no Faial; de 10,1% no Pico; de 19,5% nas Flores e de 21,8% no Corvo.

Em termos dre regional, o peso da função pública na população activa é de 26% quando, a nível nacional é de 13% (administração central, regional e local e fundos da segurança social).

São estatísticas que merecem uma leitura atenta.

Gráficos: Rafael Cota
Fontes: SREA e PORDATA